

Do salto mortal da mercadoria ao giro decolonial: movimentações de um pensamento classista

Cláudio Rezende Ribeiro

LADU, PROURB, FAU / UFRJ

Do salto mortal da mercadoria ao giro decolonial: movimentações de um pensamento classista

Resumo

O artigo visa a um enfrentamento epistemológico, teórico e político a respeito de determinados desencontros aparentes entre o materialismo histórico e a teoria decolonial. O texto percorre sentidos comuns científicos, tais como a comparação entre a decolonialidade e o pós-modernismo ou o atrelamento fatalista entre o materialismo histórico e o eurocentrismo. O objetivo é desmanchar determinados consensos acadêmicos a partir da reivindicação de um rigor radical de entendimento das teorias sociais que abranja, inclusive, um olhar geográfico para o materialismo histórico. Por fim, busca a necessária aproximação do campo marxista com o giro decolonial, assumindo que o debate classista do primeiro ganha rigor e profundidade teórica e política com as contribuições do segundo – e vice-versa.

Palavras chave: materialismo histórico, pensamento decolonial, classes sociais.

Del salto mortal de la mercancía hasta al giro decolonial: movimientos de un pensamiento clasista

Resumen

El artículo propone una confrontación epistemológica, teórica y política a cerca de ciertos aparentes desacuerdos entre el materialismo histórico y la teoría decolonial. El texto atraviesa sentidos comunes científicos, como la comparación entre la decolonialidad y el posmodernismo, o el vínculo fatalista entre el materialismo histórico y el eurocentrismo. El objetivo es disolver ciertos consensos académicos desde la reivindicación de un rigor radical de la comprensión de las teorías sociales, que también abarque una mirada geográfica al materialismo histórico. Por último, busca la necesaria aproximación del campo marxista al giro decolonial, suponiendo que el debate clasista del primero adquiera rigor y profundidad teórica y política con las contribuciones del segundo – y viceversa.

Palabras clave: materialismo histórico, pensamiento decolonial, clases sociales.

From the mortal leap of the commodity to decolonial turn: moves of a classist thought

Abstract

This article aims at an epistemological, theoretical and political coping related to certain evident divergence between historical materialism and decolonial theory. The text goes through scientific common senses, such as the comparison between decoloniality and postmodernism or the fatalistic hitching between historical materialism and eurocentrism. The objective is the erasure of determined academic agreement through the demand of a radical accuracy of social theories understanding which involve, inclusively, a geographical look at historical materialism. To conclude, this article seeks a necessary approximation of marxist field with decolonial turn, assuming that the classist debate of the former gains rigor and political and theoretical depth with the contributions of the latter and vice versa.

Keywords: historical materialism, decolonial thought, social classes.

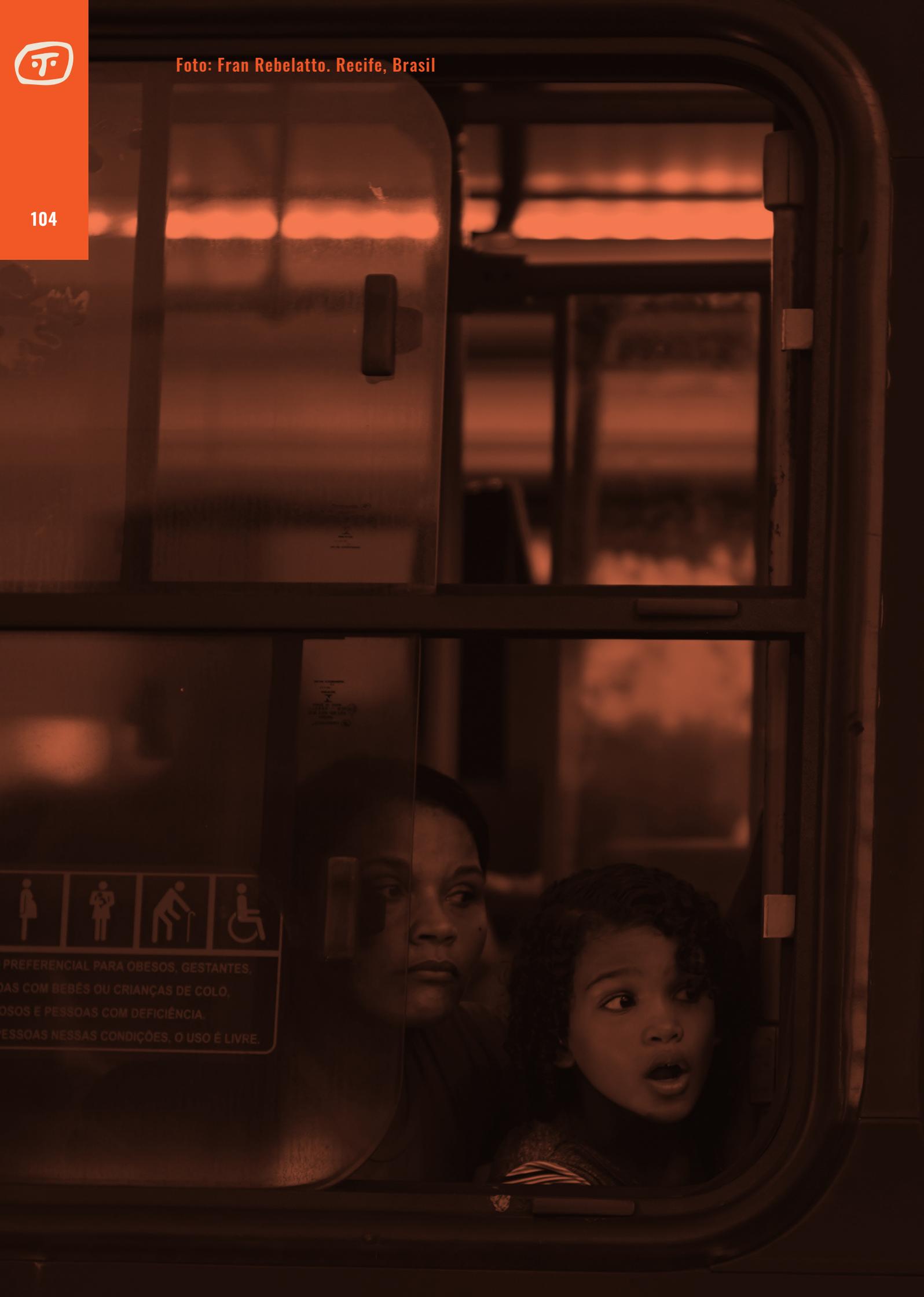


Foto: Fran Rebelatto. Recife, Brasil

104



PREFERENCIAL PARA OBESOS, GESTANTES,
MULHERES COM BEBÊS OU CRIANÇAS DE COLO,
OBESOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
PARA PESSOAS NESSAS CONDIÇÕES, O USO É LIVRE.



Introdução

A inércia material de livros dispostos lado a lado em infinitas estantes guarda algo em comum com a estática e intangível profusão de arquivos de textos digitais aguardando leitura nas “áreas de trabalho” dos computadores. As duas coleções, aparentemente distintas, ocultam o fato de que qualquer obra é repleta de disputas políticas e é apenas no mundo da forma que determinadas produções teóricas podem conviver com proximidade sem atrito aparente.

A maneira por meio da qual o mundo acadêmico se desenvolve exige mapeamento e historicização das obras estudadas a fim de vencer o fetiche do consenso científico das estantes. Como qualquer atividade humana produzida dentro dos marcos atuais, a aparência da academia não condiz com sua essência.

Para romper com o fetiche do relativismo é preciso desvelar determinadas disputas para que seja possível, como tática de fertilidade intelectual, produzir novos desentendimentos ou trora impensados mas, também, realizar novos encontros possíveis.

A atualização fértil de atritos entre teorias em determinado momento histórico não pode ser encarada como um ato voluntarioso deste ou daquele grupo ou personagem acadêmicos, como se tratasse de impulso natural recheado de idealismo erudito. São exatamente as determinações políticas, simbólicas e materiais de um momento histórico ou de um espaço geográfico que exigirão o encontro, o desencontro ou o esquecimento desta ou daquela corrente teórica que, por sua vez, auxiliarão com a ruptura ou a continuidade das condições de reprodução postas naquele tempo ou lugar, a fim de alimentarem a transformação da realidade concreta.

O avanço contemporâneo da globalização capitalista exige um esforço intelectual extremo, que envolve solidariedade entre saberes, para a produção de uma resposta teórica que dê conta de alinhar as diferentes, mas complementares, formas de ataques sociais produzidos pela seletiva austeridade financeira, pelo aprofundamento da militarização, pelo acirramento da disputa imperialista corporativa pelo controle econômico, pela ruína de liberdades democráticas, pelo colapso urbano-ambiental e, por fim, pelo próprio ataque ao campo científico como lugar de produção de respostas públicas capazes de alimentar saídas do incêndio que tem se alastrado. Este cenário tem exigido de nós, pessoas que lidam com a produção teórica latino-americana comprometida com a classe trabalhadora, um desconfortante enfrentamento aos aparentes desencontros da teoria decolonial com o campo do materialismo histórico. É a partir deste lugar que este texto é produzido.

Esta retroalimentação entre política e ciência será abordada, sem pretensão de exaustão temática, a partir de uma dupla entrada. Em primeiro lugar, uma breve situação a respeito dos atritos possíveis entre o marxismo e o giro decolonial, evidenciando certos desconfortos que, apesar da aparência, não sobrevivem à essência das teorias em questão: por um lado, a comparação rasa e insuficiente entre a decolonialidade e o pós-modernismo; em seguida, uma delimitação inadequada, e desamparada de rigor, do método do materialismo histórico à mera forma eurocêntrica de pensamento. Em segundo lugar, resolvidas as aparas iniciais, reivindica-se uma necessária relação conjunta destes marcos teóricos a fim de desvelar caminhos novos e necessários para a luta da emancipação dos povos trabalhadores latino-americanos que podem cumprir um papel de centralidade no enfrentamento da conjuntura atual.

Pode o decolonial ser pós-moderno?

Quer dizer que a perspectiva crítica que está presente no pensamento de Marx, é fundamental, no sentido que não toma a realidade como evidente, ou não toma os fatos em sua manifestação mais imediata. [...] Todo o pensamento de Marx está posto na perspectiva crítica, isto é, crítica no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso. (IANNI, 2011, p. 399).

O materialismo histórico sempre recebeu inúmeras críticas de diferentes áreas científicas. A bem da verdade, ele surge como crítica às teorias hegemônicas que fortaleciam a visão social de mundo da classe dominante e que, por meio de suas atualizações científicas, continuam a fortalecê-la e seguem combatendo o marxismo.

Para além da academia, um exemplo extremo tem sido a famigerada e bastante disseminada crítica doutrinária contemporânea contra o denominado “marxismo cultural”, que aposta em um senso comum anticomunista como uma maneira de desorganizar as teorias sociais críticas de forma irrestrita – inclusive aquelas que não dialogam com o materialismo histórico –, reforçando um pensamento anticientífico e anti-intelectual de maneira perversa e brutal.

Porém, para que o senso comum produzido alcançasse tal patamar de concepção religiosa – e astrológica – da realidade, foi preciso que houvesse, durante muito tempo, críticas ao materialismo histórico que, apesar de pertencentes ao campo científico, atacavam-no por aquilo que ele nunca foi. A existência de uma crítica acadêmica, muitas vezes anticientífica, ao método de produção teórica que defende a classe trabalhadora é um fato histórico que não pode ser descartado para a compreensão de como ocorre atualmente o ataque à produção científica irrestrita mundo afora.

Como exemplo no campo de arquitetura e urbanismo, vale destacar um aspecto pouco debatido a respeito da famosa e influente teoria estadunidense-britânica da “Cidade Colagem” (Colin Rowe e Fred Koetter publicaram o livro em 1978). Ao construir seu famoso conceito de desenho urbano, inaugurando um pensamento urbanístico pós-moderno bem estruturado (na falta de termo melhor), os autores utilizaram-se fartamente das teorias filosóficas do liberal (e antimarxista) Karl Popper ([1963] 1994).

É sobretudo a partir da crítica à totalidade da utopia de Popper que se desdobrarão as propostas dos urbanistas. Como é sabido, o filósofo austríaco reivindicava uma necessária condição de refutabilidade para qualquer teoria ser considerada científica, apontando certa tendência religiosa nas narrativas que dessem conta de uma aparente apreensão da totalidade. Confundindo totalidade com totalitarismo, Popper desempenha um papel de retirar o caráter científico do materialismo histórico, alegando que o mesmo sempre teria resposta para tudo, tornando inevitável sua validade e impossível sua refutabilidade.

É interessante notar que esta percepção de Popper retira dois aspectos cruciais para a existência do marxismo: a dialética e a história. A dialética marxista, de modo breve, parte do pressuposto de que o capitalismo é contraditório, e a evidência de suas contradições é tarefa de seu processo de produção científico na medida em que suas ocultações são prejudiciais à classe trabalhadora. A contradição maior e constante que alimenta o materialismo, em Marx, é a própria luta de classes. Negar a existência dessa contradição no âmago do marxismo (que seria uma espécie de refutabilidade constante) é negar a existência da luta de classes, um passo fundamental para reforçar o apagamento das classes sociais. Em segundo lugar, o caráter histórico do marxismo que interpreta a realidade dentro do Modo Capitalista de Produção, tomando-o como

um pressuposto, faz com que, ao contrário do que alegava Popper, não seja esta teoria irrefutável. Muito pelo contrário: sua tarefa é refutar o capitalismo como fatalidade, inclusive para tornar-se algo superável. Era o horizonte de irrefutabilidade do capitalismo de Popper que lhe dava a sensação de que o marxismo seria uma ciência eterna, sem história. Como resultado, qualquer utopia deveria se tornar autoritária e um presentismo contextual surge como resposta, em uma tácita aceitação de um horizonte de permanência que, não é surpresa alguma, culminará com a teoria do fim da história do outro filósofo liberal. Assim nos disse Popper:

o problema de construir um projeto utópico não pode ser resolvido somente pela ciência: desde que não podemos determinar cientificamente os fins últimos das ações políticas [...], elas terão, pelo menos até certo ponto, o caráter de divergências religiosas. E não pode haver nenhuma tolerância entre essas diferentes religiões utópicas [...], já que] o utopista tem que derrotar ou esmagar seus competidores (POPPER, apud ROWE, 2006, p. 299).¹

O desdobramento urbanístico é conhecido. Na impossibilidade de realização de um design total, será apresentada uma proposta de desenho focado no contexto como solução para evitar rupturas espaciais industriais modernistas. A partir de uma análise formal dos resultados do urbanismo moderno industrial fordista corbusiano, surge uma resposta focada na absorção da forma do tempo presente como ferramenta de prevenção aos estragos industriais. O debate formalista, entretanto, ocultará o problema que não será enfrentado: o conteúdo capitalista permanece.

A ruptura pós-moderna é apenas aparente – logo, não é ruptura, mas continuidade de uma forma em constante transformação: a absorção de um contexto de mercado será a resposta dada a essa pretensa ruptura com a industrialização. A contradição reside exatamente no fato de que, ao considerar o capitalismo como irrefutável, as refutações internas e constantes deste modo de produção não são encaradas como tais, mas percebidas como rupturas. Somente uma visão histórica (buscando a construção da totalidade social) é capaz de distinguir refutações de rupturas. A negação do marxismo, feita pelo pós-modernismo, produz um espaço e um tempo aprisionados no horizonte de realização capitalista: eis o contexto.

Percebe-se como a pós-modernidade nasce de uma retomada liberal que se posiciona de maneira cifrada contra o método de pensamento que sempre exercita-se na direção de explicitar a luta de classes (com posicionamento) e; em segundo lugar, revelando como este campo nunca compreendeu a diferença entre industrialização fordista e capitalismo. Confundem superação com oposição. Esta confusão será, mais tarde, bastante cara aos urbanistas que não perceberão (ou se aproveitarão disso) que a “promoção de cultura” como salvação será a chave para o esvaziamento da mesma dentro dos marcos da mercantilização dos processos de produção espacial. E seguirão, cada vez mais, perseguindo o erro de resolver o espaço urbano “para as pessoas” com mais centros-culturais, shopping centers e condomínios fechados amigáveis aos pedestres (desde que ricos, brancos, e, de preferência machos e heterossexuais).

A defesa da visão social de mundo burguesa que se estruturou após a segunda guerra amadureceu em grande parte através de um dualismo entre forma e conteúdo, onde o último era abandonado em detrimento da primeira. O formalismo das avaliações que culminaram na denominada pós-modernidade acabaram por inverter a parte pelo todo e confundir fordismo com capitalismo, ou melhor, por produzir uma percepção de ocultação da realidade por meio da qual as dinâmicas transformações industriais que aprofundavam o conteúdo capitalista – rumo à acumulação flexível do toyotismo, por exemplo –, eram assumidas como mudanças estruturais

¹ Não existe edição em português de “A cidade colagem”. A coletânea organizada por Kate Nesbitt e publicada no Brasil em 2006 traz um texto publicado em 1975 na revista *Architectural Review*, que contém elementos e estrutura similares ao livro escrito em 1973, mas somente publicado em 1978.

do capitalismo. E, conseqüentemente, como uma justificativa formal para o desaparecimento das classes sociais que compunham aquele modo de produção. Era preciso abandonar a história e a dialética, reivindicando o contexto, o presente, o fragmentado como essência, para que as mudanças que aprofundavam o modo de produção capitalista (que culminarão na globalização financeira) fossem percebidas como rupturas ao invés de continuidades contraditórias. Rupturas que tornariam obsoleta a luta de classes por W.O. da classe trabalhadora (garantindo, de forma indireta a vitória de quem nunca deixou de estar presente), e não pela superação do modo de produção.

Na impossibilidade de combater de modo rigorosamente científico a produção teórica desenvolvida a partir da visão social de mundo da classe trabalhadora, optou-se por produzir um consenso a respeito do próprio desaparecimento deste sujeito social capaz de produzir teoria autônoma e crítica. Assim, o marxismo teria perdido sua atualidade por falar em nome de um sujeito social que se tornava inexistente. O formalismo das transformações sociais ocultava o processo de um novo delineamento da classe não proprietária e anunciava, satisfeito, o desaparecimento da classe trabalhadora.

Nada mais colonial do que eliminar o Outro por meio de um discurso pautado pela diferença inferiorizadora que acaba por invisibilizar o subalterno. Ao invés de assumir a defesa do modo capitalista de produção, viu-se como mais eficaz e confortável invisibilizar a classe trabalhadora a partir de um discurso que, rebaixando seu lugar de existência, eliminou os dois simultaneamente. A transformação formal da fábrica fordista à toyotista passa a ser vista como a eliminação do trabalho e de seu sujeito contraditoriamente explorado e combativo: a classe trabalhadora. A pós-modernidade atualiza, assim, a ação eurocêntrica de dominação colonial: classificação pautada na desigualdade e inferioridade servindo como autorização à eliminação do sujeito. A adesão pós-moderna ao capital ganha sua justificativa, isto é, surge como única alternativa possível diante de um novo mundo a ser produzido na esteira do neoliberalismo. Desse modo, perceber as colonialidades do ser, do poder e do saber na gênese do pós-modernismo torna-se perturbador.

O chamado giro decolonial, portanto, não pode ser comparado ao pós-modernismo na medida em que são metodologicamente opostos. Este não representa um aprofundamento do relativismo imediatista e formalista pós-moderno, até porque não resistiria enquanto teoria rigorosa caso repetisse uma abordagem que negasse o conteúdo em nome da hegemonia formal. O formalismo serve, necessariamente, à continuidade do *status quo* exatamente porque naturaliza a relação entre aparência e essência; podemos arriscar dizer que o formalismo, hoje, representa necessariamente uma abordagem mantenedora do capitalismo e do colonialismo exatamente por considerar a aparência como elemento suficiente de abordagem, comparação e classificação da realidade. A luta necessariamente a favor do reconhecimento da pluralidade histórica dos povos, por exemplo, travada pela teoria decolonial, é incompatível com toda a hegemonia do formalismo. Na sua essência, portanto, o giro decolonial é anti pós-moderno: o que não faz dela uma defesa do modernismo e tampouco um desdobramento do marxismo.

O giro decolonial oferece aberturas dialéticas capazes de questionar, de maneira honesta e científica, certezas marxistas sem negar sua condição política e científica. Pertence ao lugar da disputa histórica da produção de teoria, oferecendo um campo conflituoso de saberes que é capaz de atualizar, inclusive, o desenho, conformação e conteúdo da classe trabalhadora originária nas condições contemporâneas de reprodução do capitalismo imperialista e colonizador. Longe da ocultação calcada no presentismo contextual, a teoria decolonial busca dar visibilidade à subalternidade produzida historicamente: ao invés de acreditar e produzir tradições inventadas, desmascara a invenção tradicional das crenças!

As contradições entre a teoria decolonial e o marxismo, entretanto, devem ser exploradas e colocadas em atrito, pois se encontram no mesmo campo desconfortável de luta contra a hegemonia de classe, raça, gênero e dos espaços dominantes que conformam o capitalismo. O campo do marxismo não é homogêneo, mas repleto de contradições, oposições e disputas. E, do mesmo modo, nem toda teoria decolonial é concordante, e muitas vezes não dialogará diretamente com a luta de classes, o que não impede que haja várias possibilidades – geralmente as mais interessantes – de diálogo conflituoso e fértil com o marxismo, na melhor tradição dialética.

Após o breve tratamento a respeito da comparação entre a decolonialidade e o pós-modernismo, passa-se a um segundo passo sobre os atritos desejados entre essas duas formas de produção do pensamento, isto é, o questionamento a respeito da limitação do materialismo histórico a uma mera forma eurocêntrica de pensamento.

Seria o materialismo histórico uma fatalidade eurocêntrica?

Não me passou pela cabeça retirar do texto as várias profecias – especialmente aquela sobre uma iminente revolução social na Inglaterra – devidas ao meu entusiasmo revolucionário daqueles anos. Não tenho nenhum motivo para apresentar o meu trabalho e a mim mesmo como se fôssemos melhores do que realmente éramos (ENGELS, [1892] 2007, p. 351).

Este extrato, retirado do prefácio de Engels para a edição alemã de 1892 de “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845), reforça (mais) uma postura intelectualmente honesta que ajuda a romper com uma tradição político-científica comum ao debate sobre limitações eurocêntricas de Marx e Engels. Muita tinta é gasta para tentar justificar, relativizar, ou mesmo negar um eurocentrismo presente em Marx e Engels. Na medida em que nenhum deles debateu ou formulou de maneira detida uma crítica ao eurocentrismo e eram homens que viveram na Europa² do século XIX, parece inócuo, e um tanto quanto desnecessário, insistir que eles eram “melhores do que realmente foram” e, por alguma razão metafísica, estavam blindados do eurocentrismo estrutural que reveste, inclusive materialmente, a vida de habitantes daquele continente de forma geral.

Atribuir-lhes um giro decolonial original, reconhecendo-os, inclusive, fora de seu espaço de percepção do mundo, longe de melhorar sua produção teórico-política, enfraquece-a. Ora, a força do materialismo histórico reside, em boa parte, na capacidade que o mesmo teve de revelar o salto mortal da mercadoria, desmascarando o fetiche do modo de produção capitalista e criando um edifício teórico sólido de identificação, organização e combate da classe trabalhadora na direção revolucionária de sua autonomia.

Dentro de toda uma realidade europeia de consolidação de estados nacionais liberais, constitucionalistas, burgueses enfim, o salto mortal dado pelo materialismo conseguiu deslocar o eixo do debate político, econômico e histórico para a luta de classes: a defesa do internacionalismo é uma das expressões mais fortes deste processo de ruptura.

Não caberia a eles realizar o debate antieurocêntrico da mesma maneira que, um século depois, os latino-americanos realizariam, pois a materialidade na qual eles se assentavam era diferente. Entretanto, isso não significa que seu debate não tenha produzido reflexões capazes de reforçar a ruptura com determinadas questões internas do pensamento europeu. Pelo me-

2 O Reino Unido ainda está incluído dentro da delimitação de Europa para fins deste artigo.

nos duas delas devem ser destacadas aqui, a fim de demonstrar que o eurocentrismo estrutural, apesar de não ser diretamente combatido e refutado pelos autores, sofreu ataques que indicam lugares de diálogo estratégico com a teoria decolonial contemporânea.

A primeira delas é a ruptura com a separação estanque entre sujeito e objeto de observação teórica, desmascarando a neutralidade como forma de continuidade da hegemonia dominante; e a segunda é a riqueza da empiria materialista que produziu uma percepção global do capitalismo que indicava a retirada da Europa de seu lugar tradicional de eixo condutor das rotações sociais revolucionárias.

A respeito da observação da realidade ancorada em uma pretensa forma científica de neutralidade na qual sujeito e objeto eram concebidos de forma hierárquica, a ruptura proposta pelo materialismo histórico reside, sobretudo, no reconhecimento de que um determinado objeto de observação deveria tornar-se sujeito de elaboração: a classe trabalhadora. Trata-se, sobretudo, de um reposicionamento epistemológico dos autores, uma condição geográfica de seu pensamento que desloca a visão social de mundo para o horizonte de quem produz, isto é, de quem realiza a história das mercadorias, mas não se enxergava nelas.

Tanto Engels como Marx espacializam seus textos ao tratar deste reposicionamento epistemológico. De modo mais marcado e original, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels revela o sujeito trabalhador a partir de uma construção situacional: adentra as grandes cidades pelo porto, local privilegiado das trocas internacionais; e em seguida acompanha a mercadoria até as vitrines das lojas caras dos bairros privilegiados para, então, conduzir o leitor para o espaço opaco da cidade industrial, o bairro operário. É a partir desta localização que ele trabalhará suas reflexões em seu livro. De maneira similar, em *O Capital*, Marx anuncia, no Capítulo 4, que deixará a esfera da circulação “onde tudo se passa à luz do dia” e adentrará o “terreno oculto da produção” (MARX, [1867] 2013, p. 250) que, naquele momento, era a fábrica em sua estrutura clássica do século XIX. Tal lugar de reflexão, aliás, segue gerando confusão em muitos leitores que, ao invés de acompanharem a movimentação do método marxista, insistem em uma leitura formalista e estanque, perdendo o ufer da história que exige o desvelamento de novos processos produtivos que acarretam diferenciadas configurações da classe trabalhadora.

O salto mortal dado por eles, portanto, exigiu um deslocamento epistemológico, uma movimentação do pensamento. Não deve passar despercebido o fato de que o giro decolonial, ao desmascarar as diversas formas de colonialismo, realiza movimento semelhante: pensamentos espaciais dinâmicos que garantem percepções históricas de pontos de vista renovados (e que se encontram, muitas vezes, no mesmo horizonte transformador).

O reconhecimento e denúncia da objetificação da produção burguesa de saber, que surgiu da necessidade de produzir teoria pelo viés de classe trabalhadora, dialoga, assim, com a construção do reconhecimento e denúncia da separação hierárquica entre sujeito e objeto que é a base do racismo colonial da conquista renascentista da América. Afinal, este processo impeira por meio da reafirmação de uma visão social de mundo que classifica, de maneira distante e desigual, aquelas e aqueles que vivem de forma diferente, diminuindo-os, reprimindo-os e autorizando seu massacre. Marx e Engels tratam da necessidade de ruptura com o idealismo que estava contido no materialismo até então:

1. O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal (MARX e ENGELS, [1932] 2007).

A teoria que acompanha e se transforma a partir da atividade sensível, da práxis, exige um posicionamento epistemológico necessariamente autonomista, libertário e combativo, na medida em que trabalha pelo rompimento de um *status quo* hegemônico e apassivador oriundo de uma relação sujeito-objeto moderna, cartesiana, burguesa e eurocêntrica. Este idealismo de que tratam Marx e Engels é uma tendência de pensamento alimentada pela visão social de mundo burguesa, que tende a abraçar a abstração como forma (hegeliana) de simplificação impositiva de sua lógica e de seu poder. Isto tem relação com a conformação da modernidade que será denunciada, de modo definitivo, pela teoria decolonial. O colonialismo é produzido através de uma modernidade que está na origem do capitalismo. Como nos lembra Dussel a respeito da relação entre Descartes, a abstração burguesa e a modernidade colonizadora:

A “Segunda Modernidade” vai ter como capital Amsterdã, colônia espanhola que se torna independente em 1610 [...]. Em 1636, em Amsterdã, Descartes escreve o *Discurso sobre o método*, que coincidência [...]. Os grandes filósofos racionalistas modernos estavam em Amsterdã, a “Segunda Modernidade” [...] atende só um problema comercial e, aqui, produz-se uma simplificação matematizante da realidade. é o surgimento do capitalismo mercantil que já estava na Espanha, mas agora simplificado (DUSSEL, 2008, p. 26-27).

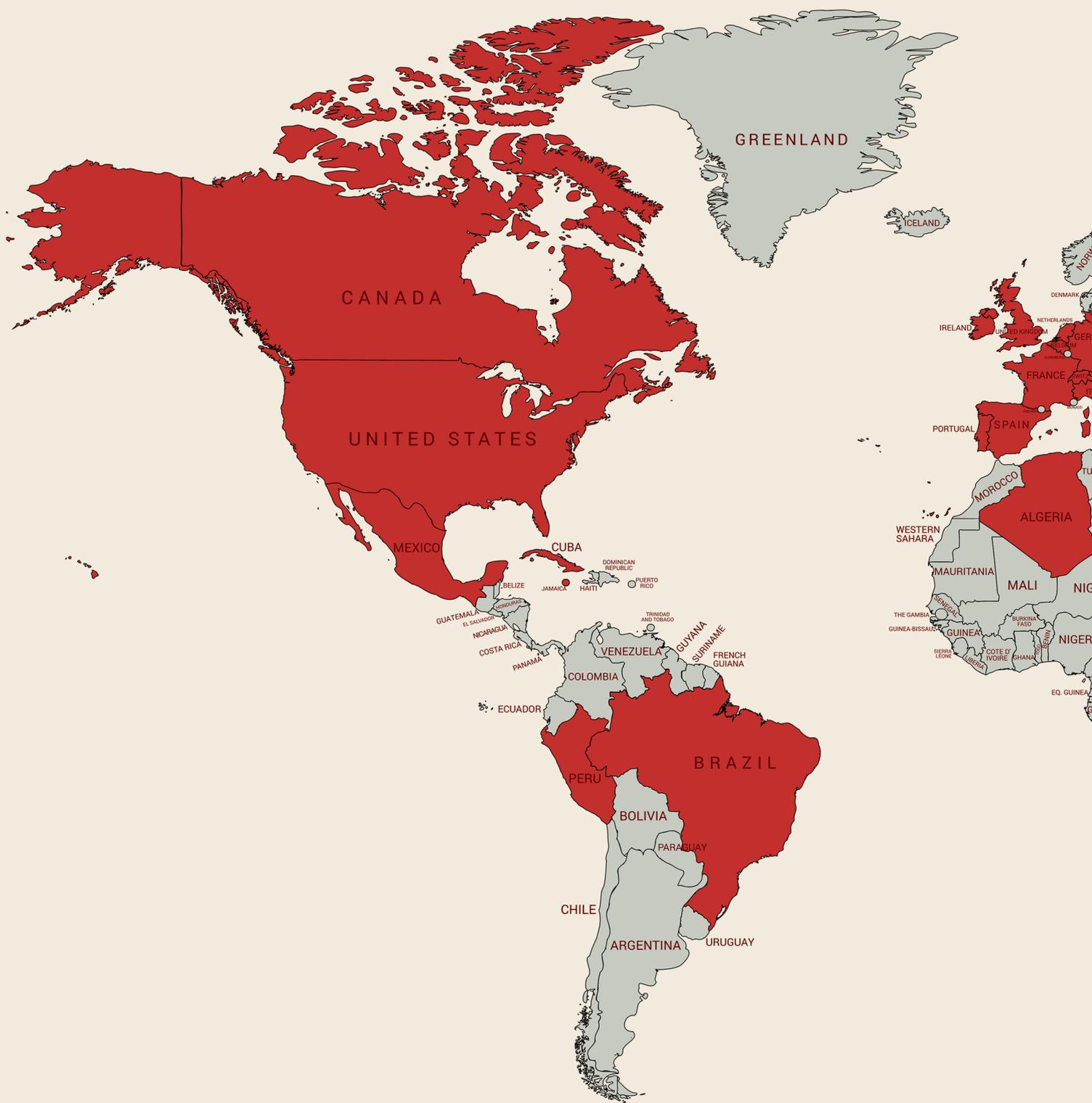
Para demonstrar o salto mortal da mercadoria, Marx e Engels realizaram, então, seu “giro hegeliano”, colocando o mundo de cabeça para baixo e percebendo que a produção teórica orientada pela (e para) a classe trabalhadora exigia transformar a realidade ao invés de seguir apenas descrevendo-a. Era necessário criar uma teoria classista, forjada na práxis, pois a descrição da realidade protagonizada por um sujeito inquestionável apenas confirmava as observações científicas incapazes de revelar um contraponto advindo de um objeto necessariamente passivo, pelo óbvio.

Mas o reposicionamento marxista acarreta um desdobramento primordial para o desenvolvimento de seu método: não pode haver um formulador teórico ocioso. O intelectual marxista forja sua teoria em luta política, contrariando o idealismo romantizador dos parasitas burgueses que se encerram na materialidade das estantes ou na imaterialidade dos arquivos em *portable document format*. Voltaremos mais tarde a este ponto, por enquanto é importante ressaltar que os marcos epistemológicos do giro decolonial devem encontrar no marxismo um pensamento capaz de movimentar seus estudos ao invés de serem percebidos como uma barreira estática. Reduzir o pensamento marxista a uma “criação eurocêntrica” seria renovar o que autores como Popper fizeram ao sugerir um anticientificismo formalista e estanque supostamente presente no materialismo histórico. Ou seja: seria adotar uma postura pós-moderna transfigurada de decolonialidade.

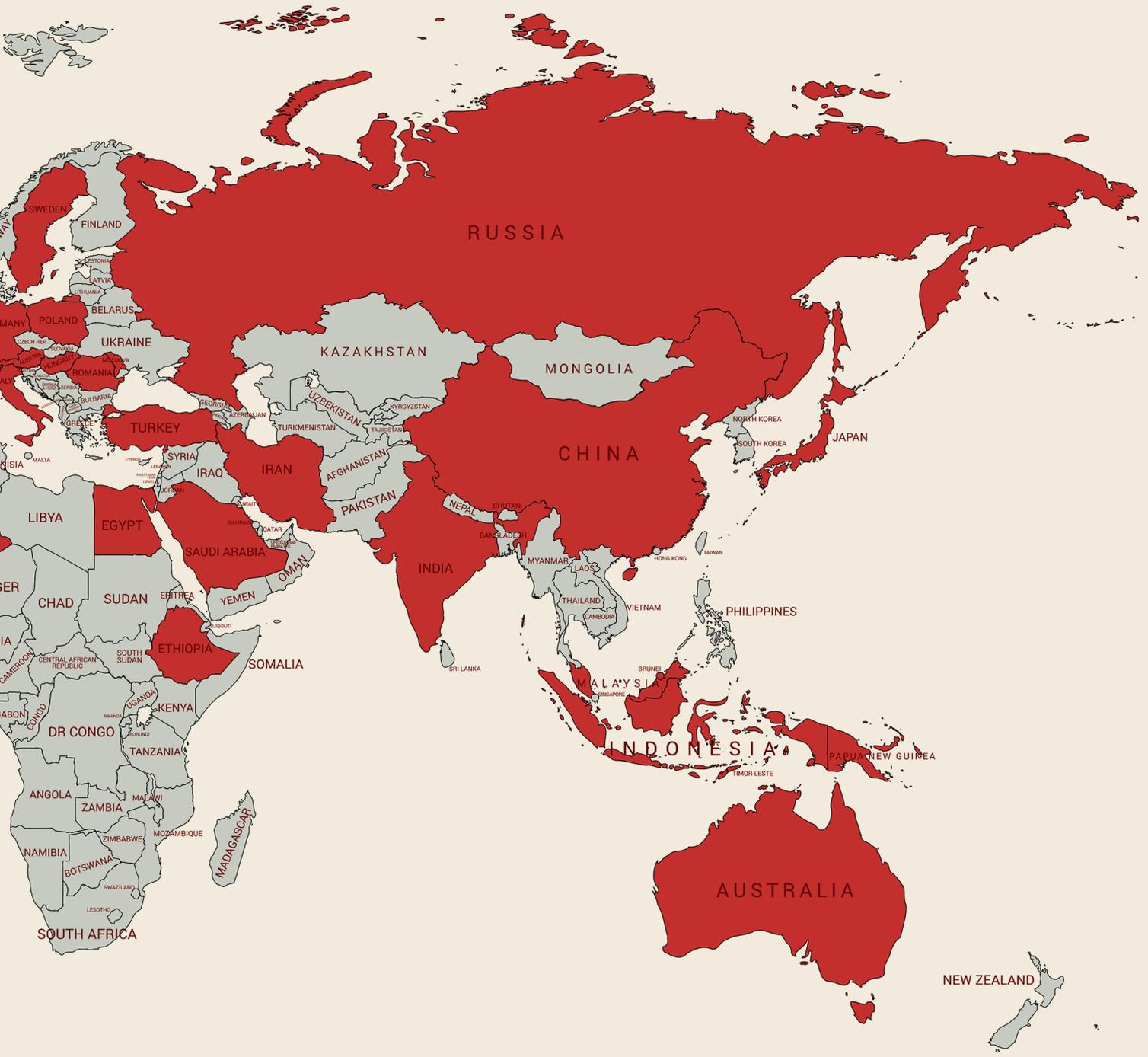
Outro lugar de entendimento possível a respeito da ruptura com a tendência ao eurocentrismo promovida pela constituição do materialismo histórico é a compreensão sobre como o rigor da empiria do materialismo histórico é capaz de promover rupturas com visões sociais de mundo dominantes e alienantes. No caso da gênese do marxismo, um elemento exemplar é o tratamento histórico e geográfico rigoroso dado por Marx³ ao escrever o primeiro volume de *O Capital*. O levantamento realizado, na busca pelo entendimento de uma totalidade histórica, revelou uma conformação global do desenvolvimento capitalista apoiado em um colonialismo necessário ao seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a partir da percepção da expansão do capitalismo, apontava possibilidades de alteração do protagonismo europeu como lugar privilegiado do eixo condutor das rotações sociais revolucionárias.

3 Importante ressaltar, como indica Mary Gabriel em seu excelente livro *Amor e capital* ([2011] 2013), que o desenvolvimento do pensamento do Mouro, inclusive durante todo o período de elaboração do primeiro volume de *O Capital*, é sempre compartilhado com duas pessoas que lhe servem de rigorosa e indispensável baliza crítica: sua companheira, Jenny von Westphalen, e seu amigo fiel, Friedrich Engels.

Figura 1: Mapeando O Capital.



 Países citados por Karl Marx em *O Capital-Livro 1*.



O mapa que é a Figura 1 apresenta um levantamento dos países que foram citados por Marx no primeiro volume de *O Capital*.⁴ A abrangência geográfica de seus estudos a respeito da configuração do novo modo de produção que assumia a hegemonia global foi exigência de um método que prima pela reconstrução histórica como forma de desvelamento de processos sociais que aparecem como totais e imediatos. Este alcance da pesquisa é um dos garantidores do entendimento preciso de um processo social que somente poderia ser descrito a partir de um levantamento complexo que, por sua materialidade, fosse capaz de romper com a possibilidade de entendimento do capitalismo restrito às fronteiras do mundo que, aparentemente, cercava seus autores. A expansão histórica e geográfica da percepção da realidade é uma consequência e, ao mesmo tempo, uma ferramenta metodológica do materialismo histórico.

Não deve ser negado, é claro, o perfeccionismo de Marx para produzir o seu texto principal, que levou dezesseis anos para ser concluído. O Mouro, além de *percorrer* o mundo, passava por literatura, química, economia, filosofia, engenharia, agronomia e geometria, exigindo e produzindo uma atualização quase incessante de informações. Em 1864, por exemplo, três anos antes do lançamento primeira edição do livro ele escreve a Engels “que soubera de novos desenvolvimentos de química na agricultura na Alemanha e na França que precisaria levar em conta, assim como novas informações acerca de impostos sobre herança aplicados à terra arrendada desde a última vez que estudara o assunto e, finalmente, novidades sobre o Japão que ele deveria estudar em livros de viagens” (GABRIEL, [2011] 2013, p. 437), adiando a entrega do texto por mais uma vez.

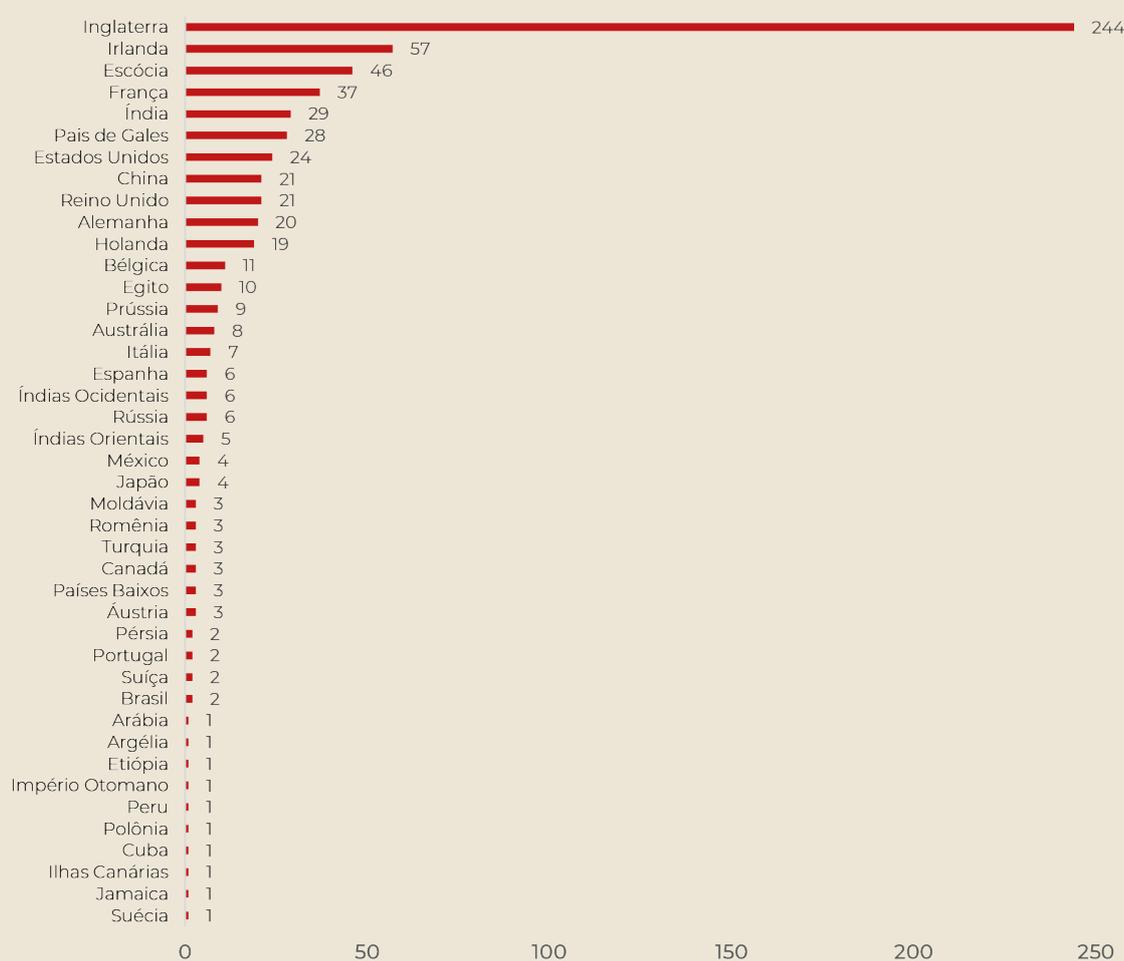
Este perfeccionismo se converteu em rigor metodológico. A construção de uma totalidade histórica capaz de apontar a gênese e funcionamento de um sistema que estava em plena expansão requer um deslocamento programado da materialidade imediata. Esta programação metodológica acaba por determinar uma forma de entendimento da sociedade que se baseia, necessariamente, na crítica ao senso comum por meio da ruptura com o imediatismo. Como resposta, uma necessária visão internacionalista da realidade que se impõe como global.

4 Este mapa, elaborado pelo autor e junto ao Coletivo PERIFAU (que integra o Laboratório de Direito e Urbanismo – LADU, do PROURB-FAU-UFRJ), está disponível em: <https://perifau.wordpress.com/2019/04/12/mapeando-o-capital-livro-1-de-karl-marx/>. Ele foi elaborado a partir da contagem dos nomes de países citados por Marx no texto do primeiro volume de *O Capital*. Cabem algumas considerações sobre o método de contagem e de representação: 1 – O levantamento foi feito com base na edição brasileira, em versão digital para Kindle, da editora Boitempo. A abrangência do levantamento não inclui prefácios e outros textos suplementares, restringindo-se ao texto dos Capítulos 1 ao 25 da obra e às suas respectivas notas de rodapé; 2 – A edição da Boitempo, nas notas de rodapé, coloca as versões nas línguas originais dos textos citados por Marx para em seguida traduzi-los. Em alguns casos, isso pode gerar repetição de citações, quando um país é grafado da mesma maneira em duas línguas (por exemplo, “China” é grafada em português e inglês da mesma maneira). Na medida do possível isso não foi contabilizado, mas pode haver algumas pequenas imprecisões onde houver coincidência de grafia, mas, em quantidade que não altera a relação de grandeza das citações identificadas. 3 – Contabilizamos de forma separada as expressões “Reino Unido”, “Grã-Bretanha” e “Inglaterra”, para manter a contagem segundo o texto original. Para fins de qualquer avaliação, o capítulo 21 é o próprio Marx quem indica que “Inglaterra inclui sempre País de Gales; Grã-Bretanha inclui Inglaterra, País de Gales e Escócia; Reino Unido inclui esses três países e mais a Irlanda”. Da mesma forma se manteve Países Baixos e Holanda separadamente contabilizados. 4 – Para o mapa construído (que apresenta uma base contemporânea de divisão política que é distinta daquela do século XIX) consideramos: Índias Ocidentais como sendo Antilhas e Bahamas; Índias Orientais como Indonésia, Malásia, Brunei, Timor-Leste e Papua-Nova Guiné; a Hungria foi incluída na representação de “Império Otomano”. 5 – Nomes de cidades também não foram contabilizados, o que pode sugerir uma abrangência ainda maior da pesquisa de Marx. 6 – Sobre a tabulação de gentílicos ou a “questão brasileira”. No momento da tabulação dos países citados por Marx, não foram contabilizados gentílicos: por exemplo, a palavra “francês” não foi contabilizada no vocábulo “França”. Houve, contudo, apenas duas exceções: a – Romênia, que aparece como “províncias romenas” e “estado romeno unitário”; b – Suécia, que é citada uma única vez na expressão “burgueses suecos”. Estas duas exceções foram detectadas pelo programa de procura do kindle que foi utilizado e, portanto, incluídas na contagem. A famosa (sobretudo para nós, brasileiros) citação referente ao açúcar, ao café e à mineração brasileiros não havia sido incluída devido ao método de tabulação e procura utilizado. No entanto, muitas e muitos nos chamaram a atenção para o fato do Brasil ser mencionado no livro e, diante disso, foi acrescentado ao mapa a marcação do Brasil. 7 – Reconhecemos que a projeção de Mercator não é a ideal para a representação do planisfério, sobretudo com o nome dos países em língua inglesa. Entretanto, tal qual Engels, não queremos parecer melhores do que somos e, no momento de realização deste mapa o software que havia disponível não possuía, por exemplo, a projeção de Peters e estava em inglês.

Esta exigência do método limitava a possibilidade de interpretar o capitalismo exclusivamente com base nas observações feitas a respeito do que ocorria tão somente na Inglaterra, na Alemanha ou na França. Como consequência, o livro conseguiu traduzir não apenas a forma por meio da qual o capitalismo opera, mas também a maneira histórica como ele se adapta a determinadas funções e espaços, impondo seu *modus operandi* em uma constante renovação. Não é menos importante o fato de que o capítulo que encerra a obra aborda A Teoria moderna da colonização, sinalizando, entre outras coisas, a necessidade de compreensão do caráter expansionista do capitalismo.

Ainda em relação aos países citados por Marx, vale uma derradeira demonstração sobre como o método consegue romper com as estruturas aparentes. A partir da contagem do número de vezes que cada país é citado no texto, o Reino Unido (incluindo suas colônias à época tais como a Índia) torna-se uma centralidade inquestionável dos estudos realizados, e pode-se dizer o mesmo a respeito de França, Alemanha e Holanda, conforme demonstra a Figura 2.⁵

Figura 2: Número de citações por país em *O Capital-Livro 1* (corpo do texto e rodapé).



Organizado pelo Coletivo PERIFAU - LADU, PROURB / FAU UFRJ (2019).

5 Conferir a nota 4 para ter acesso a este e outros materiais referente à contagem dos países citados por Marx.

Mais uma vez, entretanto, o método demonstra sua capacidade de diálogo com as determinações concretas. Para além do universo eurocêntrico, dentre os países mais citados aparecem os Estados Unidos e a China. A metodologia adotada, driblando a tendência eurocêntrica do contexto em que era produzido, conduz Marx a estudar, de maneira equilibrada, duas excêntricas históricas: uma que antecedeu o eurocentrismo, a China (DUSSEL, 2008), e aquela que o suplantaria, os Estados Unidos. Aliás, não é mera coincidência que as disputas presentes dentro da construção de hegemonia global da atual crise do capital estejam se dando exatamente no embate entre estes dois impérios.

Este impulso para uma realidade além da delimitação europeia que aparece no desenvolvimento da produção marxiana e engelsiana possui muitos outros capítulos, tais como a apropriação madura e original de seus escritos por parte da resistência russa que, mesmo diante de uma situação muito diferente da britânica, reconheceu a mecânica de funcionamento do capitalismo segundo seu viés crítico para, meio século depois da publicação do texto definitivo de Marx, dar forma à primeira grande revolução operária... que ocorreu fora do centro europeu.⁶

Enfim, após abordar a incompatibilidade entre a teoria decolonial e o pós-modernismo, foi preciso expor elementos que comprovassem que uma leitura do marxismo como um método limitado pelo horizonte eurocêntrico não encontra sustentação histórica na própria gênese do método. Assim, desgastadas as principais arestas que alimentam o senso comum de disparidade entre estas duas formas de produção teórica, está aberto o espaço para apontar uma possibilidade de trabalho conjunto entre estes marcos teóricos a fim de desvelar caminhos novos e necessários para a luta da emancipação dos povos trabalhadores latino-americanos e dando fim a esta breve reflexão.

A teoria decolonial pode alimentar a luta de classes

11. Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo. (MARX e ENGELS, [1932] 2020, p. 69).

No início deste texto, foi necessário tratar das táticas de encantamento pós-modernas a fim de preparar um campo possível de diálogo entre o “giro decolonial” com o “salto mortal da mercadoria”. Em seguida, fez-se o movimento contrário: reconhecendo a origem eurocêntrica dos fundadores do materialismo histórico, tentou-se demonstrar e exemplificar como o método não reproduz um viés colonialista e, sobretudo, como a movimentação do seu pensar auxilia a romper com tal possibilidade.

Este caminho possível de diálogos entre os dois campos, entretanto, não significa *a priori* uma simbiose perfeita e, tampouco, uma concordância perene. A superação do senso comum que cria a barreira “pós-modernismo-eurocentrismo” entre as duas teorias é um caminho necessário para abrir novas formas de diálogo que, se enfrentadas de maneira rigorosa, podem produzir saberes valiosos para reforçar uma produção teórica que busque e auxilie a construção de autonomia da classe trabalhadora de todos os povos.

Diante do reconhecimento de que a teoria decolonial não nega a importância da história como sua constituinte, e, além disso, parte de um posicionamento geográfico que refuta as formas hegemônicas de dominação, ganha a reflexão teórica marxista quando percebe este canal

⁶ Os estudos marxistas latino-americanos de autores como Florestan Fernandes e José Carlos Mariátegui, para não ficarmos presos apenas aos clássicos originais, trazem contribuições fundamentais para pensar a geografia do materialismo histórico.

de interlocução como apontador de novas análises. É necessário realizar um esforço de leitura decolonial para dentro do campo classista, a fim de compreender as fertilidades possíveis de suas formulações. O giro epistemológico decolonial pode, inclusive, aprofundar formulações, temas e estudos do campo classista, reforçando a teoria crítica na direção emancipatória dos povos e auxiliando a construir enfrentamentos histórica e geograficamente orientados contra as diversas maneiras de que o dinâmico capital, como demonstrou Marx, molda-se segundo os diferentes contextos históricos que encontra pela frente. A dialética entre o peso da história no pensamento marxista e o peso da geografia no pensamento decolonial amplia significativamente as determinações que constituem a realidade na direção da totalidade (inclusive, realçando o que há de geográfico no marxismo e de histórico na teoria decolonial).

Dentro do próprio campo do marxismo ocorrem fricções e oposições, oriundas de leituras deterministas de determinados textos (ou de partes deles), à ampliação do entendimento da constituição da classe trabalhadora. Trazendo à tona os exemplos mais comuns, a contribuição feminista tem conseguido ampliar as noções de exploração e acumulação, (ver, por exemplo: FEDERICI, [2004] 2017), iluminando fenômenos não percebidos por autores homens inseridos em um contexto de machismo estrutural; da mesma forma, as contribuições pelo viés da raça colocam em xeque classificações estanques relativas à realidade branca da exploração, dialogando, de forma profunda, com a crítica ao colonialismo (DAVIS,⁷ [1981] 2016).

Mas, para encerrar a proposta deste texto, é necessário não perder de vista que o encontro entre estas teorias somente terá um valor emancipatório, alimentando a luta de classes, caso sua destinação não seja, meramente, a produção teórica por si só. Formulações forjadas segundo padrões idealistas servirão somente para reforçar a ilusão de que são as idéias que mudarão a realidade, estejam embaladas na forma que desejarem: redes, raízes, rizomas.

A produção marxista alcançou seu rigor, validade e influência capaz de movimentar a realidade somente porque, desde os trabalhos originais, foi compreendido que a teoria não estava separada da ação política. Muito pelo contrário, suas reflexões eram oriundas de uma intensa luta, e a vivência política plena experimentada por ambos foi o que garantiu que sua produção de conteúdo não se tornasse um idealismo a reboque do desejo e refém do fetiche. As obras delimitadas pelo marxismo devem ser ancoradas necessariamente na materialidade e na história. A luta de classes não aparece como forma de construção dialética nos textos fundadores como se fosse uma metáfora bem lapidada; ela configurou a forma de pensar e compreender a realidade que a luta política demonstrava. Não foi apenas o pensamento que moveu o desenvolvimento do materialismo histórico, mas o trabalho, e, sobretudo, um trabalho que é político. Nas palavras de Engels:

O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho (ENGELS, [1892] 2007, p. 429).

⁷ Angela Davis corajosamente expõe um debate que problematiza, inclusive, a primazia feminista em relação à questão da raça em determinados contextos de desenvolvimento da exploração capitalista.

Ora, esta consideração final serve apenas para lembrar que, da maneira como o saber é atualmente produzido, a teoria decolonial pode se tornar um idealismo capturado pelas disputas essencialmente acadêmicas, delimitando não a luta de classes, mas a luta das salas. Sua produção, caso dissociada de um envolvimento libertário e comprometido com a autonomia dos povos, pode cair no vazio discurso que, indiretamente, voltará a separar sujeito de objeto. Contra isso deve ser reivindicada a presença da mão junto com o cérebro, mas também deve ser reforçado algo que ela própria identificou: a luta contra a colonialidade do saber que visa à esterilização da crítica.

Dentro de uma perspectiva na qual o imperialismo se complexifica no mesmo grau em que a crise estrutural do capital se agudiza, é mister reconhecer que a ampliação de sua dominação exige a produção de novos instrumentos de exploração. As novas armas do capital não poupam fontes de origem: reforçam o machismo, o racismo, a desigualdade e, cada vez mais, o colonialismo. Enfrentá-lo requer todos os instrumentos que estejam ao alcance da classe trabalhadora, portanto, a reivindicação de um materialismo histórico que dialogue com a teoria decolonial de maneira franca, corajosa, dialética e referendada na práxis, é mais que uma possibilidade, mas uma exigência da produção teórica crítica contemporânea.

Referências

- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, (1981) 2016.
- DUSSEL, E. **Marx y la modernidad**: conferencias de La Paz. La Paz: Rincón Ediciones, 2008.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, (2004) 2017.
- GABRIEL, M. **Amor e capital**: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução. Rio de Janeiro: Zahar, (2011) 2013.
- IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 41e, p. 397-416, 2011.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Boitempo, (1867) 2013.
- MARX, K. e ENGELS, F. **História, natureza, trabalho, educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão. São Paulo: Boitempo, (1932) 2007.
- NESBITT, K (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- POPPER, K.R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: UNB, (1963) 1994.
- ROWE, C. e KOETTER, F. **Collage City**. Cambridge: The MIT Press, 1983.
- ROWE, C. e KOETTER, F. Cidade-colagem. In: NESBITT, K (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica. São Paulo: Cosac Naify, (1975) 2008. p. 293-322.

